



Vai à sanção regra de reajuste do mínimo e aposentadorias

Plenário aprova sem alterações a medida provisória que prevê a manutenção até 2019 da política de correção do salário mínimo (variação do IPCA do ano anterior mais PIB de dois anos antes) e estende fórmula para aposentadorias e pensões, confirmando alteração feita pela Câmara

Aprovação da MP 672/2015 foi marcada pela discussão de emenda que previa a alteração do índice inflacionário. Apresentada por Cristovam Buarque, a iniciativa teve o apoio do governo, contrário à aplicação da fórmula em benefícios da Previdência, conforme aprovado na Câmara. Com a oposição de vários senadores, tendo à frente Paulo Paim, que alertava para a falta de tempo para nova análise da MP pela Câmara, a emenda foi rejeitada. O texto foi aprovado sem alterações e enviado à sanção. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Plenário do Senado aprova medida provisória que mantém fórmula de reajuste do salário mínimo até 2019 e a estende a aposentadorias e pensões



Marcos Oliveira/Agência Senado

Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy comemoram aprovação da proposta que fixa cota para mulher

Avançam campanha eleitoral mais barata e cota para mulher

A Comissão Temporária de Reforma Política aprovou mais dois projetos. Um deles, entre outros pontos, reduz a duração do horário eleitoral gratuito no rádio e na TV, barateando campanhas. A outra proposta cria uma cota escalonada para mulheres nos Poderes Legislativos federal, estadual e municipal. **4**

Máquinas agrícolas ficam liberadas de emplacamento **3**

Projeto impede que greve de ônibus prejudique trabalhador **9**

Com metas a cumprir, Plano Nacional de Educação faz um ano **11**

Proposta aumenta internação em até 8 anos para menores

Menor que cometer infração equivalente a crime hediondo poderá ficar internado até os 26 anos de idade, segundo projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos. O autor, Jorge Viana, alega que o período máximo atual, de três anos de internação, gera críticas a uma suposta brandura do Estatuto da Criança e do Adolescente. O texto segue para votação na Comissão de Constituição e Justiça. **5**

Governo pede tempo para analisar texto do pacto federativo

A comissão responsável pelo aprimoramento do pacto federativo ouviu ontem Márcia Quadrado, do Ministério do Planejamento, e a economista Tânia Bacelar sobre a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. A representante do Executivo sugeriu mais tempo para o governo analisar e entender a abrangência da proposta, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho. **7**



Pedro Franco/Agência Senado

Governador de São Paulo participa de debate no Senado

Alckmin debate soluções para a falta d'água

Em audiência na Comissão de Infraestrutura sobre crise hídrica, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, propôs medidas como bônus para redução do consumo, rastreamento de vazamentos e combate a ligações clandestinas. **7**

Comissão de Educação altera Código Civil para liberar biografias **10**

Aprovado saque do FGTS para casos de doença grave **8**

Política de combate à desertificação segue para sanção presidencial **3**

Colegiados do Senado propõem emendas à LDO de 2016 **12**

Reunião chegou a ser aberta, mas teve de ser encerrada sem que os vetos presidenciais tivessem sido analisados. Congresso, porém, homologou novos integrantes do Conselho de Comunicação Social

Sem quórum, sessão em que se votariam vetos é adiada

POR FALTA DE quórum, a sessão de ontem do Congresso para o exame de dez mensagens de vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos de lei aprovados pelo Legislativo foi encerrada sem que essa pauta fosse votada. O vice-presidente da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão (PP-MA), que dirigia os trabalhos, anunciou o encerramento quase duas horas depois da abertura. Durante esse tempo, muitos opositoristas usaram os microfones para acusar o governo de esvaziar a sessão para impedir que os vetos fossem apreciados.

Logo após a abertura, o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), afirmou que não havia quórum e pediu o fim da sessão. Alegando que os parlamentares estavam debatendo temas importantes, inclusive a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, o senador anunciou a possibilidade de uma nova sessão na próxima terça-feira. O deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) foi um dos que criticaram a iniciativa:

— É inadmissível que, pela



O deputado Waldir Maranhão conversa com o senador José Pimentel na sessão

quarta ou quinta vez seguida, a sessão do Congresso seja convocada e o líder do governo venha aqui e peça para encerrá-la sem ao menos abriremos o painel. Isso é um absurdo. Nós não podemos deixar de cumprir o regimento.

Uma das mensagens trata de veto total a projeto de lei (PLC 114/2013) que alterava a Política Nacional de Resíduos Sólidos para incluir dispositivo sobre campanhas educativas. As restantes englobam cortes parciais em diferentes normas, num total de 21 dispositivos, alguns aplicados sobre a Lei 13.126/2015, resultante da Medida Provisória 661/2014, que autorizou crédito de R\$

30 bilhões ao BNDES. Um dos pontos vetados foi uma emenda do Congresso que determinou o fim do sigilo das operações financeiras da instituição.

A sessão foi concluída, contudo, com a aprovação de dois itens extrapauta: uma errata ao texto da lei orçamentária vigente e o processo de homologação da chapa com os novos integrantes do Conselho de Comunicação Social, órgão de assessoramento do Congresso em temas relativos à comunicação e à defesa da liberdade de expressão.

Chapa do Conselho de Comunicação: <http://bit.ly/ConselhoComunicacao>

Comissão aprova fim de projetos autorizativos

A apresentação de projetos de lei autorizativos pode estar com os dias contados. Ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a proposta de Gleisi Hoffmann (PT-PR) que proíbe essa prática (PLS 287/2011 — Complementar). O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), deu parecer favorável. A proposta agora vai para o

Plenário do Senado.

A intenção é impedir, segundo Gleisi, que parlamentares tentem “burlar o vício de iniciativa legislativa” apresentando projetos que “autorizam” outro Poder, “notadamente o Executivo”, a tomar decisões que já são de sua competência constitucional.

“Não se admite uma lei inócua, mas é o que acontece

quando se edita uma lei meramente autorizativa. O objetivo da proposição é tornar clara a vedação, ajudando a limpar a pauta de projetos inócuos, que poderão ser sumariamente arquivados”, explica a senadora no projeto.

Aloysio concorda que a aprovação da medida vai ajudar a tornar mais ágil o processo legislativo.

Raupp vê êxito em nova variedade de café em Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) relatou no Plenário o sucesso obtido pelos agricultores de Rondônia que apostaram na nova variedade de café desenvolvida pela Embrapa no laboratório rondoniense de Ouro Preto do Oeste. Os agricultores que adotaram a variedade de café BRS Ouro Preto registraram expressivo crescimento da produção sem demanda de aumento da área cultivada, informou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Humberto: Dilma preservou verba da reforma agrária

Humberto Costa (PT-PE) elogiou o Plano Safra da Agricultura Familiar, que emprestará R\$ 30 bilhões a micros, pequenos e médios agricultores. Esse valor é 20% maior que o liberado no ano passado e será emprestado a juros inferiores à inflação.

O senador frisou que o plano é a materialização do compromisso do governo de não cortar dinheiro da reforma agrária e da agricultura familiar, apesar da necessidade de contenção orçamentária.

Sobre a reforma agrária, Humberto disse que a intenção do governo é assentar mais de 120 mil famílias até 2018.

Cassol cobra conclusão de obras em rodovia

Ivo Cassol (PP-RO) cobrou do Ministério dos Transportes a conclusão de obras em rodovias de Rondônia. Ele informou que já obteve do ministro Antonio Carlos Rodrigues algumas providências para garantir o andamento dos trabalhos. As obras estão, principalmente, em trechos da BR-364, que corta o estado. Elas referem-se a viadutos na região de Porto Velho e a marginais próximas a Vilhena.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Avança aposentadoria especial de servidor em trabalho de risco

O projeto que fixa critérios para a concessão de aposentadoria especial para servidores públicos com deficiência ou que exerçam atividades de risco à vida ou à saúde avançou ontem na Comissão de Assuntos Sociais. O colegiado aprovou o relatório de Marcelo Crivella (PRB-RJ) a três emendas feitas ao substitutivo do PLS 68/2003 — Complementar.

O senador acatou parte das emendas. A primeira determina que o tempo de trabalho do policial em atividade de risco será somado ao tempo de trabalho exercido em atividade comum para a concessão da aposentadoria por invalidez, idade ou idade e tempo de contribuição. A alteração também estabelece que o tempo de trabalho prejudicial à saúde ou à integridade física será multiplicado por 1,2 no caso

das mulheres e por 1,17 no caso dos homens, uma regra específica de conversão do tempo de serviço em atividade de risco.

A segunda emenda mantém as exigências fixadas pela Lei Complementar 144/2014, ao estabelecer critérios para a aposentadoria do servidor policial, perito criminal e agente penitenciário e inclui outros servidores que exercem atividades de risco. O texto não exige idade mínima para a aposentadoria, mas sim tempo de contribuição.

A terceira emenda exige a comprovação da existência de risco na atividade e estabelece que a avaliação deve levar em conta o local do trabalho e as circunstâncias em que as funções são desempenhadas.

As mudanças aprovadas na CAS irão agora para o Plenário.

Conselho Nacional do Ministério Público terá novos cargos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o PLC 53/2015, que cria cargos efetivos e em comissão e funções de confiança no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A proposta recebeu parecer favorável do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), e agora vai para o Plenário. O projeto deixa clara a vincu-

lação do provimento das vagas criadas à expressa previsão na lei orçamentária e comprova a necessidade dos cargos reivindicados.

“Nesse cenário, portanto, tem-se irretocável constitucionalidade formal e material. No mérito, as razões elencadas pela detalhada justificativa são satisfatórias”, conclui Raupp.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CRA Reforma agrária

8h Debate sobre o Programa Nacional de Reforma Agrária, com representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura e do Meio Ambiente.

CPI DO CARE Depoimentos

9h Depoimentos de Steven Armstrong, da Ford; Robert Rittscher, da Mitsubishi Motors; e Marcos Madureira, do Santander. Depois, votação de requerimentos.

CDH Assentamento

9h Audiência pública interativa para debater a situação jurídica do Assentamento 26 de Setembro, localizado em Brasília, às margens da rodovia DF-001.

MP 677 Eleição de presidente

9h30 A comissão responsável pela análise da Medida Provisória 677/2015, que garante recursos à Chesf para implementar empreendimentos de energia elétrica, tem reunião para eleição do presidente e do vice-presidente.

CPI DAS PRÓTESES Conselheiros

10h Audiência pública com representantes do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, do Conselho Federal de Medicina e da Federação Nacional de Saúde Suplementar.

CMO Secretário do Tesouro

10h Audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Barbosa.

CRE Diplomatas

10h Análise de emendas à LDO 2016, votação de projetos e sabatina de indicados para a embaixada em Moçambique e para a representação na Organização dos Estados Americanos.

CMMC Desertificação

11h A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas faz audiência pública para debater a desertificação.

PLENÁRIO Votações

14h Primeiro item da pauta é o PLV 10/2015, oriundo da MP do Futebol.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE). As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Segue à sanção medida provisória que mantém até 2019 fórmula atual de reajuste do salário mínimo — soma do IPCA do ano anterior com o PIB de dois anos antes. Permaneceu no texto a alteração feita pela Câmara que estende modelo a benefícios da Previdência Social

Senado aprova MP com regra para reajuste do mínimo e aposentadoria

O SENADO APROVOU ontem a Medida Provisória 672/2015, que mantém as atuais regras de reajuste do salário mínimo para o período de 2016 a 2019. O texto foi aprovado sem alterações e seguiu à sanção presidencial com a mudança feita na Câmara, que estendeu a fórmula de reajuste do mínimo a aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social superiores a um salário mínimo.

A alteração foi feita pelo Plenário da Câmara, depois de a comissão mista que analisou o texto ter rejeitado várias emendas com esse objetivo. O governo é contra a extensão da regra às aposentadorias.

O reajuste do salário mínimo é calculado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior acrescido da variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes.

Durante a discussão do texto em Plenário ontem, o relator, José Pimentel (PT-CE), defendeu a aprovação de outra



Paulo Paim defendeu a manutenção da MP com a alteração feita na Câmara, que estendeu regra aos benefícios do INSS

emenda, apresentada por Cristovam Buarque (PDT-DF), para adotar como índice para a correção do salário mínimo o IPC-C1, relativo às famílias com renda mensal entre 1 e 2,5 salários mínimos.

Segundo Cristovam, o índice é mais apropriado do que o INPC para corrigir valores associados às famílias de renda mais baixa, que gastam parcelas maiores dos seus gastos com alimentação, por exemplo.

Caso a sugestão fosse aprovada, o texto voltaria à Câmara. Um dos maiores defensores da aplicação da regra aos benefícios do INSS, Paulo Paim (PT-RS) lembrou que muitos aposentados de hoje contribuíram sobre um valor bem maior e veem, a cada ano, seus benefícios diminuírem.

— Se não houver uma política salarial que garanta que o benefício do aposentado cresça, no mínimo, o correspondente ao salário mínimo, com certeza todos os aposentados ganharão somente um salário mínimo, não importando se pagaram sobre dez, cinco, oito ou três — disse.

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), no entanto, alertou para o risco de perder a mudança já conquistada. Apesar de apoiar a emenda, ele ponderou que o efeito da devolução do texto seria a falta de tempo para a aprovação.

A emenda chegou a ser aprovada de maneira simbólica, mas senadores pediram a verificação de quórum. A emenda acabou rejeitada por 34 votos a 25, com muitas manifestações nas galerias. Por causa das vaias à tentativa de aprovar a emenda, senadores saíram em defesa de Cristovam Buarque, cuja intenção, disseram, era legítima.

Regras

Com a aprovação, fica valendo até 2019 a regra de reajuste do salário mínimo criada em 2012 pela Lei 12.382/2011, que já previa nova lei a partir de 2016. Da mesma forma, a MP 672 determina que, até 2019, nova lei definirá o modelo de reajuste para o período 2020-2023. O salário mínimo é usado como referência para os benefícios assistenciais e previdenciários.

(Com Agência Câmara)



Representantes de aposentados e pensionistas celebraram a aprovação da MP

Vai à sanção texto que libera tratores de emplacamento

O Plenário aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 673/2015. A matéria, que segue à sanção, isenta de licenciamento e emplacamento máquinas agrícolas e veículos usados para puxá-las. O texto também impede a cobrança futura de IPVA e outras taxas sobre o maquinário. Os veículos passarão a ser cadastrados com registro único, sem cobrança de impostos ou taxas.

A medida é uma antiga reivindicação dos trabalhadores do campo. Segundo o governo, a decisão pode aumentar a eficiência no setor rural, especialmente no processo de mecanização agrícola.

O relator, Blairo Maggi (PR-MT), informou que a exigência do registro único será apenas para as máquinas fabricadas a partir de 2016. Segundo o

senador, a medida evita custos adicionais e a burocracia de exigências “descabidas”, já que a maioria das máquinas não transita em vias públicas.

— É uma medida relevante, uma vez que o emprego de máquinas agrícolas é fundamental para o aumento da atividade rural — afirmou.

Ana Amélia (PP-RS) elogiou o trabalho dos relatores, Blairo e o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), na comissão mista. Também elogiaram a aprovação da medida provisória Acir Gurgacz (PDT-RO), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Ronaldo Caiado (DEM-GO), José Pimentel (PT-CE), Waldemir Moka (PMDB-MS), Humberto Costa (PT-PE), Ivo Cassol (PP-RO), Donizeti Nogueira (PT-TO) e Telmário Mota (PDT-RR).

Votação simbólica acata política antidesertificação

Em votação simbólica ontem, o Plenário aprovou a proposta que cria a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. A matéria segue para sanção presidencial.

Conforme o relator na Comissão de Meio Ambiente (CMA), Otto Alencar (PSDB-BA), o objetivo do projeto (PLS 70/2007) é promover ações na região semiárida, suscetível à desertificação, para evitar a degradação da terra.

O texto aprovado é um substitutivo da Câmara ao PLS 70/2007, do ex-senador Inácio Arruda, que estabelece princípios da política e autoriza o Executivo a criar a Comissão Nacional de Combate à Desertificação. Essa instância será responsável por implementar ações e articular as iniciativas

de órgãos federais, estaduais e municipais.

Conforme Otto Alencar, as áreas passíveis de desertificação no Brasil somam cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados, em oito estados do Nordeste e em municípios do norte de Minas Gerais. Nessa região semiárida, diz ele, vivem cerca de 23 milhões de habitantes, em mais de mil municípios.

— É uma região com extrema pobreza, em que mais de 50% da população depende de programas sociais governamentais e da sociedade civil — completou o senador.

Para evitar a desertificação, afirma Otto, são necessárias ações que coíbam práticas agrícolas inadequadas, que contribuam para a ocorrência e o agravamento do fenômeno.

Comissão vai analisar projeto sobre pré-sal

Foi anunciada ontem em Plenário a criação de comissão especial para debater o projeto de José Serra (PSDB-SP) que revoga a participação obrigatória da Petrobras no modelo de partilha de produção de petróleo na camada pré-sal (PLS 131/2015).

A criação de comissão havia sido requerida por Walter Pinheiro (PT-BA) em 30 de junho, mesmo dia em que o assunto foi debatido por sete horas em sessão temática no Plenário do Senado, expondo opiniões divergentes de senadores, especialistas e autoridades.

A comissão funcionará por 45 dias e terá 27 integrantes, a serem indicados pelas lideranças partidárias. Walter Pinheiro defendeu uma discussão “sem afogadilho”.

— O que está em debate não é a Petrobras, é a nação.

A formação do colegiado também foi sugerida por Tasso Jereissati (PSDB-CE) ontem, após intensa discussão em Plenário sobre requerimento que retirava o caráter de urgência na tramitação do projeto, aprovado em 16 de junho.

O requerimento de retirada de urgência foi apresentado por Lindbergh Farias (PT-RJ), com o apoio de 46 senadores. Eles alegam que nada justifica a votação neste momento, em razão da redução do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

Serra esclareceu que o projeto apenas retira a obrigatoriedade de a Petrobras estar presente como operadora única e financiar 30% de cada poço do pré-sal.

— Os royalties dependem do volume de produção. O projeto não altera os critérios de distribuição de recursos. Quem pode perder dinheiro daqui até 2020 com produção que não existe?

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu o projeto e disse que a proposta garante os interesses estratégicos da Petrobras.

— Não tem nada a ver com o marco regulatório. Serra está com a razão.

Líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS) disse que a empresa é admirada no mundo em razão da tecnologia de exploração.

— Os modelos de exploração têm que ser conduzidos com cuidado, pois impactam estaleiros, desenvolvem tecnologia de materiais em razão da profundidade, empregam e abrem novos horizontes para as empresas.

Avança texto que barateia campanhas eleitorais

Medida aprovada pela Comissão de Reforma Política diminui período de propaganda no rádio e na TV de 45 para 30 dias. Também passou proposta que fixa cota para mulheres

A COMISSÃO TEMPORÁRIA de Reforma Política aprovou ontem duas propostas. A primeira trata da redução dos custos das campanhas eleitorais. A segunda, de cotas para mulheres na Câmara dos Deputados, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais.

A proposta de redução dos custos diminui o período de propaganda de rádio e TV de 45 para 30 dias, reduz os programas diários de 50 para 30 minutos, amplia a propaganda eleitoral por meio de inserções para um total de 40 minutos diários e proíbe a contratação de cabos eleitorais.

— A proibição total da contratação de cabos eleitorais evita a compra e a manipulação de votos. Foi majoritariamente uma posição do Senado, mas ainda não está de acordo com a Câmara — explicou o relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR).

Senadores ponderaram que a redução

do tempo no rádio e na TV beneficia candidatos conhecidos, já que os desconhecidos não terão tempo suficiente para se apresentarem.

O texto proíbe veículos de som, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais na propaganda. Apresentadores e entrevistadores poderão aparecer, desde que com os candidatos. Não candidatos e apoiadores podem participar somente em 20% do tempo da propaganda. Nos outros 80%, só poderão aparecer o candidato e caracteres com propostas, fotos e jingles ou clipes de música.

— As pessoas não podem votar em apresentador, trucagem ou animação — disse.

O texto altera o início da propaganda eleitoral, de 5 de julho para 10 de agosto.

A comissão também aprovou PEC de Marta Suplicy (sem partido-SP) que aumenta a participação feminina na



Ao lado de Fernando Collor, o relator da comissão, Romero Jucá, conversa com Gleisi Hoffmann

política. De acordo com o texto, pelo menos 10% das cadeiras em todas as Casas legislativas serão reservadas às mulheres nas primeiras eleições após a emenda. O percentual cresce para 12% na segunda e 16% na terceira.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) se posicionou contra a proposta afirmando que ela “fere o princípio da democracia”, já que o voto dado a uma mulher terá um peso maior do que o dado a um homem.

Debatedores pedem mais transparência nas estatais

Participantes da audiência pública na comissão mista que elabora projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais foram unânimes em defender a independência dos conselhos de administração e seus dirigentes, assim como o reforço da transparência.

Na avaliação do presidente da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec), Mauro Rodrigues da Cunha, o excesso de detalhamento de regras poderá onerar as estatais e gerar brechas a serem aproveitadas por agentes mal intencionados. Representante dos acionistas minoritários no Conselho de Administração da Petrobras por dois anos, Cunha defendeu a criação de uma agência nacional das estatais, sob controle direto do Legislativo, que centralizaria a propriedade das empresas e determinaria a sua atuação, as práticas de governança e o processo de escolha de dirigentes.

Advogado da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sérgio Murilo Campinho disse não haver necessidade profunda de mudanças na legislação para aprimorar a governança nas estatais, mas defendeu alterações pontuais em alguns dispositivos para se obter um visão mais contemporânea da atividade produtiva. No que se refere ao preenchimento de vagas nos



Tasso Jereissati (C) ouve Mauro Cunha durante audiência sobre lei para empresas de economia mista

conselhos de administração e diretorias, ele observou que, “infelizmente, o que muitas vezes se vê nas estatais é a escolha política se sobrepondo à escolha de mérito”.

Na avaliação de Mateus Bandeira, diretor-executivo da Falconi, consultoria de gestão, os desafios das estatais combinam problemas de cultura empresarial e da administração brasileira.

— Falta cultura empresarial, que se forma a partir do mercado. Há uma confusão entre Estado, governo e administração. As estatais, pela relevância que têm, merecem regramento específico. Deveria ser prevista a revisão periódica das finalidades das estatais, talvez a cada dez anos, para verificar se o interesse nacional continua sendo

atendido na previsão da lei — afirmou.

Os palestrantes defenderam mudanças pontuais no PLS 343/2015, do senador Aécio Neves (PSDB-MG). Segundo o projeto, a pessoa jurídica que controla a companhia de economia mista tem os deveres e responsabilidades do acionista controlador. Há ainda o PLS 167/2015, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que estabelece o estatuto jurídico das estatais.

— Temos 342 estatais no Brasil. Mais de 340 subsidiárias tem a Petrobras — disse o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que preside a comissão.

O grupo volta a se reunir em agosto, quando deverá apresentar o texto preliminar do marco regulatório das estatais, a ser votado até o dia 21 do mês.

Representação aprova acordo do Brasil com Uruguai

A Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou a Mensagem 178/2015, do acordo entre Brasil e Uruguai sobre a concessão de residência ou visto permanente. Assinado em 2013 pela presidente Dilma Rousseff e pelo então presidente do Uruguai José Mujica, o acordo promove a livre circulação de pessoas, desburocratiza a concessão de visto e permite o reconhecimento de documentos expedidos nos dois países.

Por sugestão do senador Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da comissão, os parlamentares aprovaram convite para a próxima reunião, em 12 de agosto, do embaixador Regis Arslanian, ex-representante do Brasil no Mercosul e que conduziu a negociação de acordos do Mercosul com a Europa.

A comissão rejeitou o PLS 17/2007, do senador Paulo Paim (PT-RS), que autoriza a criação da Universidade do Mercosul, no Rio Grande do Sul.

Para Lira, é preciso reduzir o número de partidos na Câmara

Raimundo Lira (PMDB-PB) afirmou considerar essencial a adoção de cláusula de barreira. Para ele, há partidos demais no Congresso — 28. Para o senador, porém, a cláusula de barreira aprovada pela Câmara não é boa, porque, se um partido eleger um senador ou um deputado federal, já terá acesso a dinheiro do Fundo Partidário e à propaganda no rádio e na TV.

— Temos um conjunto pequeno de partidos que atende as expectativas da população e um conjunto maior que aproveita as brechas para barganhar horário na propaganda eleitoral e usufruir do Fundo Partidário. Precisamos acabar com isso. Uma cláusula de barreira fará sobreviver só os partidos comprometidos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Donizeti critica oposição por “denuncismo e mentira”

Donizeti Nogueira (PT-TO) destacou os avanços do governo da presidente Dilma e acusou os opositores pela prática de “denuncismo e mentira”. Ele afirmou que o governo do PT é vítima de um “golpe” da oposição, que “não conseguiu ganhar no voto”.

Para o senador, os líderes do PSDB e do DEM não têm moral para criticar o governo em relação à inflação ou ao desemprego. Em 12 anos de governos do PT, disse, foram gerados mais de 20 milhões de empregos e em oito anos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso não foram criados nem 5 milhões de vagas.

Para Donizeti, os programas lançados por Dilma melhoraram a qualidade de vida do brasileiro.

— Passamos por um momento de ajuste que certamente vai dar resultados e a gente vai ter um novo ciclo de desenvolvimento — afirmou o senador.

Caiado: Dilma cometeu estelionato e não pode pedir sacrifício ao país

Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que a falta de credibilidade prejudica o governo Dilma Rousseff e negou que a oposição esteja dificultando o ajuste fiscal.

Caiado disse que o processo de colapso da economia, a falta de coragem de investir, o fechamento de empresas e o desemprego têm como fator determinante o fato de Dilma ter praticado “estelionato” na campanha eleitoral, o que a impede agora de pedir “cota de sacrifício a quem quer que seja”.

Caiado disse que o PT não vai intimidar a população brasileira, tentando rotular a oposição de golpista:

— Quem tem experiência de golpear a economia e a campanha eleitoral como ninguém é o PT.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Comissão aprova internação de menor por até oito anos por crime hediondo

Iniciativa de Jorge Viana altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e segue para a Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO APROVADO ONTEM pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) altera o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para estender, em casos de crimes hediondos, o período de internação de adolescentes em centros socioeducativos para até oito anos. Hoje o período máximo de internação é de três anos. O texto (PLS 450/2013), de Jorge Viana (PT-AC), segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo o autor, o prazo de oito anos demanda também a alteração da idade prevista para a liberação compulsória, de 21 para 26 anos. Na justificativa da proposta, Viana argumenta que as críticas à pretensa brandura do ECA no trato com adolescentes infratores terminam por enfraquecer o que ele considera ser uma das melhores normas do país, na medida em que mostra ambições amplas de ressocialização e de integração da cidadania à vida social e produtiva.

O senador esclarece ainda que a taxa de ressocialização

bem-sucedida do sistema socioeducativo é de 80% (ou seja, apenas 20% dos que passam pelo sistema reincidem e voltam), ao passo que a do sistema carcerário é de meros 20%.

Diante disso, Viana propõe um “ponto de equilíbrio” entre a aplicação de uma medida proporcional à gravidade dos delitos e à preservação de uma boa legislação.

— Sabemos que o sistema socioeducativo tem falhas e que há adolescentes infratores patologicamente violentos, cuja ressocialização é bastante difícil, ou mesmo improvável. Mas sabemos também que o sistema socioeducativo é extremamente mais eficaz do que o sistema penitenciário na sua função ressocializadora — argumentou o senador.

A relatora, Marta Suplicy (sem partido-SP), propôs emenda determinando que o Sistema Nacional de Segurança Pública (Sinasp) recolha dados sobre a idade dos autores de delitos ao longo dos próximos cinco anos:

— O fato é que não sabemos exatamente as dimensões do



Relatora, Marta Suplicy incluiu emenda para garantir mais dados sobre delitos

problema que nos compete responder e legislar. A maioria das informações que está à disposição chega por meio de jornais e de televisão e de forma sensacionalista. Devemos uma satisfação à sociedade — justificou.

Debates

A CDH aprovou ainda requerimentos para realização de audiências públicas. Deverão

ser debatidos os seguintes temas: perseguições contra praticantes de religiões de matriz africana, como o candomblé; o incêndio na boate Kiss, ocorrido na cidade gaúcha de Santa Maria, em 2013; e as circunstâncias do assassinato de Antonio de Araújo, sob tortura, ocorrido em Planaltina (DF), que ficou conhecido como o caso Amarildo do Distrito Federal.

Lídice da Mata registra os 25 anos do ECA

Lídice da Mata (PSB-BA) lembrou os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que será celebrado no dia 13.

— O ECA representa um marco na regulamentação de uma legislação específica, voltada à defesa dos direitos da criança e do adolescente, e esse debate é essencial neste momento em que o país discute se deve ou não deve reduzir a maioria penal — disse a senadora.

Para Lídice, a proposta de redução da maioria, com outras iniciativas que têm ganhado espaço na Câmara, representa uma ameaça de “retrocesso” em direitos fundamentais dos jovens. Ela citou uma possível revisão do Estatuto do Desarmamento e a ideia de reduzir a idade mínima para o trabalho.

Entre as conquistas possibilitadas pelo ECA, disse a senadora, estão os conselhos tutelares, a Lei Menino Bernardo, a Lei Nacional da Adoção (e o Cadastro Nacional), a Lei de Crimes Sexuais e o sistema socioeducativo de reabilitação para menores que cometam delitos.



Waldemir Bonetti/Agência Senado

Grupo pede apoio contra mudança em desarmamento

Senadores, deputados federais e representantes da sociedade buscaram ontem apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros, para barrar mudanças no Estatuto do Desarmamento e evitar a redução da maioria penal.

Até agosto, a Câmara dos Deputados deve votar, em comissão especial, o Projeto de Lei da Câmara 3.722/2012, que revoga a Lei 10.826/2003, conhecida como Estatuto do Desarmamento, e permite mudanças como aumento do tempo de validade do registro de arma de fogo e menos rigor para quem quiser andar armado.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, foi autor da lei que criou regras rígidas para

o porte e a venda de armas de fogo no país, para desestimular a sociedade a comprar armas para defesa pessoal.

— Não vou negar a necessidade de discutirmos todos esses assuntos, mas não podemos permitir qualquer alteração que caracterize retrocesso do controle da segurança pública — afirmou Renan.

O Estatuto do Desarmamento ainda passou por referendo popular em 2005.

— Se o estatuto tem um pai, o pai com certeza é o senador Renan. O estatuto não só é admirado, como já serviu de modelo para que 16 países mudassem a própria legislação sobre o assunto — observou Rangel Bandeira, coordenador do Controle de Armas da

Organização Viva Rio.

Outra reivindicação do grupo foi que o Senado rejeite a proposta que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos em casos específicos. A PEC 171/1993 passa por segundo turno de discussão na Câmara dos Deputados.

Lindbergh Farias (PT-RJ), sugeriu rejeitar primeiro a proposta de redução da maioria penal para depois votar o PLS 33/2015, de José Serra (PSDB-SP), que amplia de três para dez anos o prazo de internação dos adolescentes infratores que cometerem crimes hediondos.

— O que é insubstituível é a mobilização. O Senado não vai participar desse ilusionismo legislativo — disse Renan.

CPI do Assassinato de Jovens vai ter diligências em cinco capitais

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o assassinato de jovens no Brasil aprovou ontem nove requerimentos. Os pedidos são para audiências, diligências fora do Distrito Federal, colaboração de terceiros com o trabalho da CPI e reuniões com órgãos de governo.

Um dos requerimentos pede que seja ouvido, em audiência, o coronel Íbis Pereira. Ele é chefe do gabinete do Comando-Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro e pode fornecer dados que ajudarão nos trabalhos da CPI.

Também foi aprovado pedido de assessoramento técnico de Luiz Eduardo Soares. Ele

já foi secretário nacional de Segurança Pública

Outros requerimentos aprovados pedem diligências em Natal, São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Luziânia (GO). As visitas são preparatórias para audiências que ocorrerão nesses locais.

A CPI também aprovou um requerimento que pede o agendamento de reuniões técnicas com vários órgãos, como ministérios, comandos de polícia, tribunais, Câmara dos Deputados e assembleias legislativas. As reuniões buscam fomentar parcerias e apoio institucional para auxiliar os trabalhos da comissão de inquérito.

BNDES pode ser proibido de fazer investimento fora do país

Proposta que proíbe o BNDES de financiar projetos e obras de engenharia e infraestrutura em outros países ou conceder crédito a governos estrangeiros foi aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) ontem. O texto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proibição que poderá ser imposta ao BNDES foi sugerida pelo relator da proposta, Davi Alcolumbre (DEM-AP). O texto original (PLS 145/2015), de Ro-

naldo Caiado (DEM-GO), determinava apenas que o banco deverá direcionar, obrigatoriamente, 35% de recursos a taxas subsidiadas para projetos que beneficiem as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ao acrescentar o impedimento, Davi alega que países beneficiados com recursos do BNDES, como Cuba e Venezuela, têm passado por recorrentes problemas de escassez de divisas, o que torna os financiamentos de risco.

— Isso [financiar projetos em outros países] acaba por desvirtuar o papel de fomentar o investimento no país e reduzir as carências domésticas de financiamento de longo prazo — frisou.

O relator acatou emenda resultante de um acordo entre Donizeti Nogueira (PT-TO) e Simone Tebet (PMDB-MS) para flexibilizar a aplicação em caso de não haver demanda para projetos nessas regiões. Conforme a emenda, “não havendo demanda que permita

o cumprimento do disposto, seja em relação a investimentos, seja em relação a projetos de infraestrutura do governo, os recursos poderão ser redistribuídos para as demais regiões do país”.

Para Davi, a proposta cumpre o objetivo de estimular o crescimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regulamentando e tornando obrigatória prática já em curso, de maior equidade na distribuição, por meio do BNDES, de recursos subsidiados pela União.

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acaba com a cobrança de laudêmio, foro e taxa de ocupação para imóveis da União em área urbana

Avança isenção de taxas para terreno de marinha

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o PLS 342/2015, que permite a isenção da cobrança de laudêmio, foro e taxa de ocupação referente a imóveis da União situados em perímetro urbano. O texto agora vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relator, Roberto Rocha (PSB-MA), disse que a existência dos terrenos de marinha remonta à legislação portuguesa sobre propriedade, no período colonial. Foram instituídos com duas finalidades: assegurar à população livre acesso ao mar e às áreas litorâneas e garantir a defesa nacional.

“Esse regime jurídico das terras da União se mostra anacrônico e obsoleto. A cobrança de laudêmio, foro e taxa de ocupação, incidentes sobre os imóveis da União situados em perímetro urbano, representa um grave ônus para os ocupantes dessas terras, ao mesmo tempo que demanda o estabelecimento de uma complexa estrutura administrativa para a sua arrecadação, absolutamente desproporcional ao resultado produzido”, avalia

Rocha no parecer.

Para reforçar o argumento, o relator observou ainda que, desde 1994, o governo federal estabeleceu a isenção de cobrança dessas obrigações quando se tratar de áreas ocupadas por pessoas carentes. A legislação também contempla, segundo ele, a possibilidade de concessão de aforamento a título gratuito em caso de regularização fundiária de interesse social.

Durante a discussão da proposta na CCJ, Simone Tebet (PMDB-MS) comentou a aprovação na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), também ontem, de um requerimento de Dário Berger (PMDB-SC) solicitando audiência pública sobre a demarcação de terrenos de marinha.

O debate deve contar com a participação do ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e da secretária do Patrimônio da União, Cassandra Maroni.

— Foi solicitado que o ministro venha com informações, estado por estado, de quanto a União arrecada por ano com os terrenos de marinha — informou Simone.



Prédios na área costeira de Fortaleza: proprietários de imóveis pagam taxa porque terrenos à beira-mar pertencem à União

Comissão ouvirá ministro sobre áreas da União

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) quer ouvir o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e a secretária do Patrimônio da União, Cassandra Maroni, sobre a demarcação de terrenos de marinha. Requerimento com esse objetivo foi aprovado ontem.

O convite foi sugerido por Dário Berger (PMDB-SC). O senador considera que essas áreas, hoje tidas como de propriedade exclusiva da

União, trazem grande prejuízo à população dos municípios litorâneos pela imposição do pagamento de foro, arrendamento e taxa de ocupação sobre esses imóveis.

Para Berger, esses terrenos ainda representam restrições à iniciativa privada e interferem na autonomia municipal quanto ao ordenamento do solo urbano.

Os senadores querem saber quanto a União arrecada com a ocupação dessas áreas. A

data da audiência pública ainda será agendada.

A CDR também vai organizar uma audiência pública para debater o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

A sugestão foi apresentada por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Davi Alcolumbre (DEM-AP). Serão convidados representantes da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e de companhias aéreas.

Projeto facilita venda de sucatas que ocupam pátios de Detrans

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que tenta solucionar o problema da superlotação dos pátios dos departamentos de trânsito do país (PLC 24/2014). A iniciativa recebeu parecer favorável do relator, José Medeiros (PPS-MT), que

apresentou três emendas de redação. A proposta segue para votação em regime de urgência no Plenário do Senado.

O texto altera o Código de Trânsito Brasileiro para viabilizar a doação e a venda de sucatas de veículos abandonadas nos pátios. A proposta

permite, por exemplo, reduzir de 90 para 60 dias o prazo para que os veículos apreendidos ou removidos a qualquer título e não reclamados sejam avaliados e levados a leilão. Estabelece ainda regras para o arremate e define o tempo máximo de seis meses para

cobrança de permanência em depósito.

Ao defender o parecer, Medeiros observou que o acúmulo de sucata nos depósitos dos Detrans ocasiona uma série de problemas, que vão da depreciação dos veículos ao comprometimento da segurança

pública e do meio ambiente.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também apoiou a proposta, do deputado Laercio Oliveira (SD-SE).

— Esse acúmulo gera problema de espaço e saúde. A saída encontrada foi inteligente e oportuna — disse Valadares.

Texto flexibiliza construção ao lado de rodovia

As rodovias, além das pistas, possuem faixas de domínio que variam entre 20 metros a 100 metros ou mais, de acordo com projetos elaborados. Além das faixas, existem limitações de uso da propriedade particular (áreas não edificantes) estabelecidas em lei que proíbe construções a menos de 15 metros das margens das rodovias, ferrovias e rios. A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem projeto que cria uma regra mais flexível, ao não predeterminar a metragem de afastamento (PLS 66/2014).

De Paulo Bauer (PSDB-SC), o projeto, que segue para votação na Comissão de Meio Ambiente (CMA), determina que os municípios fixarão a largura das faixas não edificáveis conforme as características locais, desde que garantidas a segurança e a saúde da população.

Há casos ainda em que pode



Donizeti defende projeto que acaba com limite predeterminado para construções

ser necessário limitar a altura das casas e prédios próximos a rodovias e ferrovias. Por essa razão, o projeto prevê que a altura das edificações nessas áreas será definida conforme as restrições de infraestruturas de transporte, saneamento, energia, telecomunicações.

Bauer argumenta que não se pode “fixar de antemão as dimensões precisas de cada restrição, pois elas dependem de avaliação do território que

se pretende urbanizar ou reurbanizar”.

“Nesse sentido, a reserva de uma faixa de 15 metros de cada lado pode revelar-se insuficiente para alguns casos e excessiva ou desnecessária para outros. O projeto substitui um critério rígido por um princípio flexível”, diz o senador.

Para Donizeti Nogueira (PT-TO), a proposta responde melhor à variedade grande de projetos de loteamento.

Obras de Belo Monte serão tema de três audiências

A subcomissão do Senado que acompanha as obras da Usina de Belo Monte aprovou ontem o plano de trabalho elaborado pelo relator, Paulo Rocha (PT-PA). Serão três audiências públicas nos próximos meses com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Pará, do governo estadual, do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União e da Agência Nacional de Águas. Em outra etapa, a subcomissão deve fazer uma visita técnica às obras.

Para o relator, a atuação da subcomissão é fundamental para manter um “olhar vigilante” sobre as obras.

— Isso é importante para que não haja mais tantos atrasos e que a energia chegue

imediatamente aos grandes centros, para alavancar o desenvolvimento.

O presidente da subcomissão, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), destacou ser necessário acelerar os trabalhos para que, ao mesmo tempo em que a barragem construída pela empresa Norte Energia fique pronta e passe a gerar energia, as ações mitigadoras e compensatórias sejam concluídas. Atualmente em fase de pré-operação, a usina deve começar a gerar energia no final de 2015 ou no início de 2016.

A subcomissão, que funciona na Comissão de Meio Ambiente (CMA), tem como objetivo examinar as questões sociais, técnicas e ambientais relacionadas à construção.

Governo quer tempo para analisar projeto de desenvolvimento regional

Debate na comissão que discute aprimoramento do pacto federativo reuniu representante do Ministério do Planejamento e economista



A REPRESENTANTE DO Ministério do Planejamento, Márcia Quadrado, sugeriu mais tempo para o governo analisar e entender a abrangência do projeto (PLS 375/2015), do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que cria a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Segundo ela, é importante estabelecer um vínculo com o Plano Plurianual (PPA). O impacto anual previsto no orçamento, com a aprovação da proposta, é de R\$ 10 bilhões.

Márcia Quadrado foi uma das convidadas de audiência na comissão responsável pelo aprimoramento do pacto federativo, que ontem discutiu a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Ela ressaltou as políticas sociais do governo federal nos últimos dez anos, que teriam contribuído para redução das desigualdades regionais. A representante do Planejamento também citou como exemplos a valorização do salário mínimo, o benefício de prestação continuada e a expansão do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), relator da comissão de aperfeiçoamento do pacto federativo, defendeu a proposta dele.

— O governo federal não pode estar fazendo conta para atender essa demanda do desafio do desenvolvimento regional. A matéria é urgente e requer o esforço e a



Tânia Bacelar, Walter Pinheiro, Fernando Bezerra Coelho e Márcia Quadrado debatem soluções contra desigualdades

cooperação de todos os entes federativos. Há sinalização clara de que o Congresso está à altura do momento que está vivendo e nós vamos avançar na nossa pauta — afirmou.

Para a economista Tânia Bacelar, o Brasil viveu mudanças positivas na última década, mas o problema regional permanece. Ela defendeu

mais investimento em infraestrutura no Norte e Nordeste para alavancar a economia, a exemplo da construção de ferrovias. Outra aposta é no desenvolvimento industrial em prol do mercado interno.

Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e sócia-diretora da Consultoria Econômica e

Planejamento (Ceplan), Tânia Bacelar destacou a importância da criação de um fundo estável para investimentos.

— O governo federal é protagonista importante, mas a política tem que ter estados e municípios. O Brasil é grande demais. A leitura dele a partir de Brasília tende a ser simplificada — observou.

Pinheiro e Alckmin discutem com Renan unificação do ICMS

Após participar de audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, reuniu-se com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente da comissão que analisa a revisão do pacto federativo, senador Walter Pinheiro (PT-BA).

O principal ponto discutido foi a unificação da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), articulado com a criação de dois fundos.

O primeiro deverá ser um fundo compensador aos estados que perdem com a unificação. O outro, um

fundo de desenvolvimento econômico voltado para as Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

— Só vamos votar a unificação do ICMS se houver as contrapartidas. Isso já vem sendo negociado no Confaz [Conselho dos Secretários Estaduais de Fazenda] — revelou Pinheiro.

Conforme o senador, o próximo passo será ouvir o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, sobre os fundos.

Pinheiro disse que as negociações com Levy deverão incluir prazo para a finalização de um acordo, objetivando a votação das matérias ainda este ano.

Alckmin afirmou estar otimista quanto ao avanço das negociações.

— Sou a favor da reforma do ICMS, fazendo uma redução das alíquotas interestaduais gradualmente. Isso fará com que o imposto caminhe da origem para o destino.

O governador lembrou que, no período de transição, alguns estados ganharão e outros perderão, o que torna necessária a criação do fundo compensatório.

— O Nordeste ganha e os estados exportadores perdem. Mas um entendimento voltado para a redução das alíquotas interestaduais evita a guerra fiscal.

Especialistas apontam como melhorar saneamento

Bônus para redução do consumo de água, rastreamento de vazamentos, combate a ligações clandestinas, aumento de reservatórios e plantio de mudas nas margens de rios e reservatórios foram algumas das ações adotadas pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, para evitar que os paulistanos voltem a enfrentar falta de água. As medidas foram anunciadas por Alckmin ontem em audiência pública na Comissão de Infraestrutura (CI) que discutiu os desafios dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário frente à crise hídrica.

O presidente da CI, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), explicou o objetivo da comissão ao promover a audiência:

— A emergência vai passar, mas aqui precisamos cuidar

do que é permanente — frisou.

Fernando Bezerra (PSB-PE), autor do requerimento para o debate, manifestou preocupação com a insuficiência de recursos injetados no setor:

— Se mantido atual ritmo de investimento, estaremos longe de alcançar a universalização de esgotos tratados até 2033, como prevê meta do Plano Nacional de Saneamento Básico.

Édison Carlos, presidente do Instituto Trata Brasil, também defendeu mais investimentos em saneamento básico:

— É como se 5 mil piscinas olímpicas de esgoto fossem jogadas diariamente nos nossos rios — lamentou.

Jorge Viana (PT-AC) cobrou urgência na adoção de medidas efetivas de proteção dos recursos hídricos e Wilder Morais (DEM-GO) destacou as



Alckmin fala da experiência de São Paulo, em audiência presidida por Garibaldi

potencialidades de parcerias com o setor privado.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento, Roberto Cavalcanti Tavares, defendeu a centralização da gestão do saneamento básico em um único ministério. As dificuldades do modelo atual, em que a ques-

tão do saneamento é tratada por vários órgãos públicos, também foram apontadas por Paulo Bauer (PSDB-SC). Participou ainda do debate Walter Gomes de Sousa, presidente do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), que falou sobre o agravamento da seca no Nordeste.

Garibaldi pede rapidez em obras do São Francisco

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) cobrou ontem do governo federal rapidez na conclusão das obras de transposição do Rio São Francisco.

Segundo o senador, a seca no Nordeste deve entrar em seu quarto ano consecutivo e uma maneira de amenizar esse problema seria a transposição das águas do Velho Chico para os estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

— Nós não podemos abrir mão da transposição das águas do Rio São Francisco. As obras têm que ganhar certa aceleração, porque nós não podemos ficar à mercê de mais um ano de seca — afirmou.

Viana defende vetos ao Marco da Biodiversidade

Jorge Viana (PT-AC) pediu ontem ao Congresso que acate os vetos da presidente Dilma Rousseff



ao Marco Legal da Biodiversidade, do qual foi relator no Senado. Ele explicou que os senadores fizeram mudanças no projeto aprovado pela Câmara, que foram rejeitadas pelos deputados. Os vetos deixaram a lei mais próxima do que havia sido aprovado pelo Senado, comentou o senador.

— Que o Senado não permita, que a Câmara não permita que se derrubem os vetos da presidente Dilma.

Amorim lembra emancipação de SE e destaca problemas

Eduardo Amorim (PSC-SE) lembrou ontem a comemoração da emancipação política de Sergipe, há 195 anos.



De lá para cá, disse o senador, a economia do estado se diversificou, com, por exemplo, o início da atuação da Petrobras. Ele lamentou, porém, que Sergipe esteja na terceira posição entre os estados com o maior número de mortes violentas, segundo relatório da ONU.

— Os problemas não se concentram apenas na falta de segurança. Eles estão pulverizados em todas as áreas.

FGTS poderá ser sacado em caso de doença grave

Medida pretende garantir condições para recuperação da saúde do trabalhador ou de dependente. Despesa com medicamentos é uma das dificuldades apontadas no texto

O SALDO DO Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) poderá ser sacado quando o trabalhador ou qualquer dependente for acometido por doença grave. É o que prevê o PLS 198/2014, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem em decisão terminativa — se não houver recurso para reexame no Plenário, o projeto segue direto para a Câmara.

A Lei 8.036/1990 prevê que apenas os que se encontram em estágio terminal ou portadores de HIV podem sacar o dinheiro do fundo. Para o autor, o ex-senador Pedro Taves, “não é consonante com a dignidade da pessoa humana, exigir-se que o trabalhador chegue a um estágio terminal de saúde para ter direito

a sacar o saldo de sua conta no FGTS e tentar uma sobrevida, impedindo que busque um tratamento de saúde que melhor lhe satisfaça antes que chegue ao referido estágio”.

Entre as dificuldades, o texto aponta os gastos com medicamentos que, em muitos casos, não se encontram disponíveis na rede pública de saúde. A medida, frisou o autor, poderá garantir as condições para a recuperação ou a estabilidade da saúde, a depender da doença e do estágio. Caberá ao regulamento estabelecer os casos de doenças graves que possibilitarão o saque do FGTS.

Relatório

A relatora, Lúcia Vânia (sem partido-GO), disse ser difícil



Lúcia Vânia foi a autora do relatório, que contou com o apoio de Otto Alencar

não concordar com o autor.

— Difícil, também, é encontrar argumentos mais consistentes do que aqueles expostos pelo autor, no momento em que justifica a proposição. Está em questão a dignidade humana e a manutenção da esperança para os trabalha-

dores e seus dependentes com doenças graves. Sabemos que pequenos gestos podem fazer grandes diferenças e o saque dos recursos do fundo pode significar a cura ou uma sobrevida digna — afirmou.

Lúcia Vânia rejeitou emenda de Roberto Rocha (PSB-MA)

que pretendia definir quais doenças graves podem ser consideradas para o saque. Para a relatora, a regulamentação infralegal, como uma portaria, é o meio mais adequado, já que pode ser atualizada com mais agilidade do que o trâmite legislativo permite.

Eduardo Amorim (PSC-SE) questionou para que serviria o FGTS se no momento da luta pela proteção à vida o trabalhador não pode dispor do recurso. Otto Alencar (PSD-BA) afirmou que o saque dará condições de salvar vidas e de recuperar a saúde do trabalhador ou de seus dependentes.

— O FGTS é um recurso do trabalhador e deve ser usado quando a pessoa mais precisa dele, na doença — disse Dalírio Beber (PSDB-SC).

Mal congênito não deverá ter restrição em plano médico

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem um projeto que proíbe os planos de saúde de caracterizar doenças e malformações congênitas como “doença preexistente” e torna obrigatórias a fundamentação e a comunicação, por escrito, de qualquer negativa de cobertura sob essa justificativa.

De acordo com o autor, Vicentinho Alves (PR-TO), as pessoas com malformações congênitas (alterações de desenvolvimento de órgãos e tecidos presentes ao nascimento) são frequentemente discriminadas nos planos de saúde, sendo a alegação mais comum a de preexistência da doença para a negativa de tratamento. Os procedimentos não seriam autorizados porque as doenças acometem os pacientes antes da adesão ao plano.

O PLS 544/2013 recebeu

substitutivo de Waldemir Moka (PMDB-MS). Para o relator, é até compreensível que as operadoras resistam a cobrir despesas com doenças preexistentes, a fim de evitar a chamada seleção adversa na contratação de planos de saúde, mesma lógica que lhes permite instituir prazos de carência nos contratos. No entanto, incluir malforma-

ções congênitas no conceito de doença preexistente para fins de exclusão de cobertura securitária é inaceitável:

— Afinal, não há como o segurado aderir ao plano antes mesmo de nascer.

Eduardo Amorim (PSC-SE) afirmou ser “muito cômodo” para os planos fazerem essa exclusão e disse que a proposta aprovada fará justiça.



Ana Amélia e Waldemir Moka na reunião da Comissão de Assuntos Sociais

Paim: reajuste de aposentadorias precisa ser aprovado

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação da Medida Provisória 672/2015, que estende aos benefícios previdenciários o mesmo reajuste dado ao salário mínimo. Pela proposta, salários e benefícios seriam corrigidos pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais a taxa de crescimento real do PIB.

Paim defendeu ainda o reajuste de salários dos servidores do Ministério Público da União e a destinação de recursos para que o Ministério da Previdência salde dívida da União com os beneficiários do fundo de pensão Aerus.

Ana Amélia apoia criminalização da fraude de próteses

Ana Amélia (PP-RS) manifestou apoio ao projeto do governo federal que classifica como crime as fraudes envolvendo fornecimento e prescrição de próteses e órteses. Ela lembrou que as denúncias sobre fraudes com próteses no Rio Grande do Sul, onde médicos recebiam propinas para receitar determinados equipamentos, revelaram a gravidade da situação no Brasil inteiro.

— Esse mercado precisa ser regulado como o farmacêutico. Estudos apontam que medicamentos chegam com preços 35% mais baixos do que quer a indústria.

Moka pede correção no projeto que duplica a BR-163

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) informou que prefeitos de 11 municípios de Mato Grosso do Sul cobraram da Agência Nacional de Transportes Terrestres a solução para um problema no projeto de duplicação da BR-163, que liga aquele estado a Mato Grosso.

Segundo Moka, o projeto não prevê obra de rotatória ou alternativa que minimize os impactos que o fluxo de veículos deve gerar nos municípios que a rodovia deve cortar.

— A rodovia traz impacto. É preciso sinalizar bem para evitar acidentes.

Instaladas quatro comissões mistas para análise de medidas provisórias

Foram instaladas ontem as comissões mistas que analisarão quatro medidas provisórias (MPs 676/2015, 677/2015, 678/2015 e 679/2015) editadas pelo governo. Em três dessas comissões, já foram eleitos os presidentes e designados os relatores.

A comissão para analisar a MP 676/2015, que cria uma nova fórmula de cálculo da aposentadoria como alternativa ao Projeto de Lei de Conversão 4/2015, vetado pela presidente Dilma Rousseff, será presidida pelo senador Eduardo Amorim (PSC-SE). O relator será o deputado Afonso Florence (PT-BA), que destacou a importância de buscar o consenso.

José Medeiros (PPS-MT) foi eleito presidente da co-

missão que analisará a MP 678/2015, que autoriza o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) em licitações e contratos na área da segurança pública. O relatório ficaria a cargo de um deputado do PSDB, mas, em acordo com o PTB, os tucanos transferiram o cargo para o deputado Jovair Arantes (PTB-GO).

A MP 679/2015 permite o uso de imóveis da União, incluindo conjuntos do Minha Casa, Minha Vida, nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. O deputado Alessandro Molon (PT-RJ) vai presidir os trabalhos, enquanto o senador Romário (PSB-RJ) será responsável pelo relatório final.

(Da Agência Câmara)

Proposta facilita importação de medicamento para doença rara

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem proposta que aprimora as normas vigentes no Brasil sobre importação e registro de medicamentos órfãos — aqueles destinados especificamente ao tratamento de doença rara ou que tem prevalência na população abaixo do índice estabelecido e, geralmente, não desperta interesse da indústria por ter público reduzido.

O projeto, que vai permitir a importação por pessoa física de medicamentos para doenças raras não registrados no país, para uso exclusivamente individual e não comercial, com base em prescrição mé-

dica, independentemente de haver registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), aguarda agora votação em turno suplementar.

O projeto original (PLS 530/2013) prevê a criação de uma política nacional para doenças raras, mas foi apresentado antes da edição da Portaria 199 do Ministério da Saúde, com o mesmo intuito. Por isso, a relatora na CAS, Ana Amélia (PP-RS), considerou mais adequado manter as políticas e os programas sobre doenças raras em âmbito infralegal e, em substitutivo, aprimorar os tópicos relativos aos medicamentos órfãos.

Segundo projeto aprovado, patrão ficará proibido de fazer desconto no salário do empregado que não conseguiu chegar ao trabalho por causa de greve no transporte público

Texto protege trabalhador que depende de ônibus

FICA PROIBIDO O desconto salarial quando o empregado faltar ao trabalho em decorrência de paralisação total do transporte público. É o que determina o PLS 210/2014, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem em caráter terminativo (sem necessidade de passar pelo Plenário).

O autor, senador Jorge Viana (PT-AC), argumenta que o trabalhador não pode ser penalizado pela ausência ao posto de trabalho quando não é ele “o responsável pela causa que ensejou a falta”, como em greves de ônibus. Por isso, propôs a alteração à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) assegurando o benefício.

Segundo o projeto, o caráter “evidente e manifesto” da paralisação total do transporte público que impossibilite o acesso ao local do trabalho



Passageiros se amontoam em parada de ônibus no Distrito Federal em dia de paralisação no transporte público

será constatado pela divulgação da indisponibilidade de transporte em meio de comunicação nacional, estadual ou municipal.

O empregador, no entanto,

poderá fazer o desconto pela falta em dois casos: quando oferece transporte alternativo que permita o deslocamento e para os empregados que utilizarem transporte particular

em sua movimentação para o local do trabalho.

O relator, Benedito de Lira (PP-AL), manifestou-se pela aprovação da proposta. Para ele, é justo que o legislador

afaste a possibilidade de descontos nos salários dos empregados:

— Afinal, a escolha do local em que a empresa se estabeleceu foi uma decisão administrativa de responsabilidade do empregador e atendeu os interesses dele, em termos de lucratividade e acesso aos mercados. O custo dessa escolha, portanto, deve recair sobre a empresa e não deve servir para penalizar o trabalhador, disposto a ir aonde houver vagas disponíveis, em busca da subsistência.

Para Paulo Paim (PT-RS), o projeto é meritório:

— A paralisação dos transportes pode ser justa, mas não pode prejudicar o trabalhador.

O projeto será agora encaminhado à Câmara, a menos que haja requerimento de ao menos nove senadores para que o assunto seja votado pelo Plenário do Senado.

Projeto facilita identificação de problemas de visão em alunos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que busca priorizar a identificação e a correção de problemas visuais dos estudantes da educação básica. A detecção e a eventual correção dos distúrbios deverão ser feitas por programas governamentais de assistência à saúde dos alunos. O texto segue para a Comissão de Educação (CE).

A proposta inicial do PLS 483/2011, do ex-senador Vital do Rego, queria tornar obrigatória a apresentação de atestado de acuidade visual para a efetivação da matrícula no ensino fundamental. Mas a relatora, Regina Sousa (PT-PI), considerou que a exigência poderia colocar em risco a universalização do ensino fundamental ao criar

um obstáculo ao ingresso de crianças nas escolas públicas. Por isso, alterou o texto em seu substitutivo.

O texto original, disse a senadora, trazia um encargo para as famílias. Com o novo texto, construído com a colaboração do Ministério da Educação, a tarefa passa a ser do poder público, que pode levar oftalmologistas para avaliar as crianças nas escolas.

Hoje, iniciativas do governo já buscam facilitar o acesso à consulta oftalmológica e à aquisição de óculos, como o Projeto Olhar Brasil e o Programa Saúde na Escola, lembrou Regina Sousa

— Com essa redação, a iniciativa contempla a intenção do autor e não inibe as matrículas — avaliou a senadora.

Proposta regulamenta profissão de historiador

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) também aprovou ontem proposta que regulamenta a profissão de historiador e estabelece os requisitos para o exercício. O substitutivo da Câmara ao PLS 368/2009 foi acatado pela relatora, Fátima Bezerra (PT-RN), e segue ao Plenário.

Segundo o texto (SCD 3/2015), poderão exercer a atividade de historiador quem tem: diploma de curso superior em história, nacional ou estrangeiro com revalidação; diploma de mestrado ou doutorado em história; diploma de mestrado ou doutorado obtido em programa de pós-graduação reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com linha de pesquisa dedicada à história; e os profissionais diplomados

em outras áreas que tenham exercido, comprovadamente, há mais de cinco anos, a profissão de historiador, a contar da promulgação da futura lei.

Entre as atribuições dos historiadores, o texto prevê o magistério nas escolas de ensino fundamental e médio, desde que tenham cursado licenciatura.

O profissional poderá também planejar, organizar, implantar e dirigir serviços de pesquisa histórica; assessorar, organizar, implantar e dirigir serviços de documentação e informação histórica; e elaborar pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos.

O projeto aprovado exige, para o exercício de cargos, a comprovação obrigatória de registro profissional na autoridade trabalhista competente.

O projeto original é de Paulo Paim (PT-RS), mas a proposta que agora segue ao Plenário apresenta alterações feitas pelos deputados e acatadas pela relatora. Segundo uma das mudanças, o exercício da profissão deixará de ser privativo dos historiadores para se tornar apenas “assegurado” a esses profissionais, eliminando a possibilidade de reserva de mercado.

Outras alterações foram a retirada da exigência do diploma, substituindo-a pelo registro profissional.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) considerou a proposta uma inovação na regulamentação, por não criar reserva de mercado.

— Finalmente encontramos o caminho, regulamentar sem criar um nicho e sem prejudicar os alunos — avaliou.

Humberto: MP que libera redução de horas trabalhadas é inteligente

O líder do PT, Humberto Costa (PE), elogiou a MP 680/2015, que cria o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). A medida permite redução limitada de salários e jornada em lugar de demissões para empresas que aderirem ao programa. Para ele, a iniciativa é “extremamente inteligente”.

— É uma medida de amplo alcance social, criada para fazer face aos reflexos mais perversos



dessa duradoura crise econômica, que são a perda do emprego e o retrocesso no padrão de vida dos trabalhadores e suas famílias.

Para Humberto, a medida cria um “abrigo confiável” para empresas e trabalhadores e evita o crescimento do desemprego. Ele afirmou que o governo age assim porque consegue “enxergar seres humanos” nas estatísticas econômicas.

Marta critica Planalto por impor restrições ao abono salarial

Marta Suplicy (sem partido-SP) criticou na terça-feira as novas regras para pagamento de benefícios sociais a trabalhadores.

Em sua avaliação, as medidas — destinadas, segundo o governo, a equilibrar o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) — causam prejuízo a grande parte dos eleitores que reconduziram Dilma Rousseff à Presidência da República.

— Que amparo é esse que o governo está ofere-

cendo ao pobre trabalhador brasileiro? — indagou a senadora.

Marta lembrou que, pelas novas regras, passou a ser necessário acumular 180 dias ininterruptos de trabalho no ano-base para ter acesso ao abono salarial. Uma resolução editada anteontem modificou o calendário de pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial de uma forma que a senadora considera prejudicial aos beneficiários.

Fátima cobra do governo medida que torne livro política de Estado

Fátima Bezerra (PT-RN) pediu agilidade ao governo no envio ao Congresso do projeto que trata do Plano Nacional do Livro e da Leitura. Segundo ela, a minuta do projeto, que foi discutida em todo o Brasil, está na Casa Civil da Presidência.

— Nós queremos que o governo envie ao Congresso o mais rápido possível o projeto para que a gente possa dar ao livro, à leitura, à biblioteca no



país a estatura de uma política de Estado, para além de governos.

A senadora informou ter participado, no final da última semana, da Festa Literária Internacional de Paraty. Durante o evento, recebeu de entidades ligadas à produção de livros um manifesto, que pede que não haja cortes nos recursos do Orçamento destinados às políticas públicas do livro e da leitura.

Comissão aprova proposta que libera publicação de biografias

Pelo projeto, a ausência de autorização não impede a divulgação de informações com finalidade biográfica de qualquer pessoa

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto que altera o Código Civil (Lei 10.406/2002) para garantir a publicação de qualquer biografia. O texto (PLC 42/2014), de autoria do ex-deputado Newton Lima, segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pelo projeto, a ausência de autorização não impede a divulgação de imagens, escritos e informações com finalidade biográfica de toda e qualquer pessoa. O texto acrescenta que “para a divulgação das informações e relatos biográficos, tampouco é exigível o consentimento de pessoas retratadas como coadjuvantes”.

O relator da proposta, Romário (PSB-RJ), afirmou que o direito de informar sobre determinada pessoa de notoriedade pública está compreendido no direito da sociedade conhecer e interpretar as personalidades que têm ou tiveram atuação relevante em sua história ou em sua cultura.

— Está em jogo o direito de autocohecimento da sociedade brasileira.



Relator da proposta, Romário diz que nenhum país parte do princípio da proibição antecipada

O senador disse que as restrições existem, em diferentes graus, em vários países, mas nenhum deles parte “do princípio da proibição antecipada”. Ele salientou que, para a defesa da honra e da imagem das pessoas — especialmente diante de calúnias, injúrias, difamações e do desrespeito à intimidade e à vida privada —, existem instrumentos que garantem o acesso à Justiça.

O senador lembrou que, em junho, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) liberou a publicação

de biografias não autorizadas. Para o STF, a exigência de autorização prévia representaria uma censura, o que é incompatível com a Constituição de 1988, que garante a liberdade de expressão. Romário informou que excluiu do texto a possibilidade de ação nos juizados especiais, conhecidos como juizados de pequenas causas.

Para o senador Hélio José (PSD-DF), o projeto é uma forma de garantir “a liberdade de pensar e de dizer”. Na visão de Marta Suplicy (sem partido-SP), o texto mostra o amadurecimento da sociedade. Ela ponderou que a liberdade, às vezes, não é bem utilizada, mas lembrou que para esses casos existe a Justiça.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) elogiou a clareza e a objetividade do relatório de Romário. Segundo o senador, o projeto é um passo de modernidade.

— É uma forma de dar ao nosso país uma simetria com os países mais democráticos e civilizados. Não há país civilizado no mundo que trabalhe com censura prévia — afirmou.

Vanessa cita entrega de máquinas agrícolas no Amazonas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou solenidade em Manaus, na sexta-feira, em que comunidades de 26 municípios do Amazonas receberam equipamentos agrícolas.

— Foi uma pequena amostra do que é a grande proposta que temos para todo o estado, que é ver toda a produção agrícola mecanizada.

Foram entregues tratores, sulcadoras, roçadeiras e máquinas para adubação, adquiridos com recursos de emenda orçamentária da senadora, no valor de R\$ 10 milhões.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Acir Gurgacz informa recuperação da BR-319 até o final do ano

Acir Gurgacz (PDT-RR) informou que ainda este ano será concluída a recuperação da BR-319, única rodovia que liga Porto Velho a Manaus e aos demais estados.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador lembrou sua participação, em 2013, em diligência para ver a situação da estrada e buscar solução nos órgãos responsáveis para garantir a trafegabilidade da rodovia.

— Tudo indica que a BR vai oferecer plenas condições de trafegabilidade em toda a extensão, sendo possível sair de Porto Velho de manhã e chegarmos a Manaus ao final da tarde.

Ângela pede atenção para unidade de conservação em RR

Ângela Portela (PT-RR) pediu ao Ministério do Meio Ambiente sensibilidade na definição de nova unidade de conservação ambiental que o Instituto Chico Mendes estabelecerá em Roraima.

— Uma das opções do Instituto Chico Mendes seria criar unidade de conservação em uma área extremamente produtiva, onde existem agricultores que já estão lá produzindo, que têm o título definitivo das terras há mais de 100 anos. Não dá para aceitar uma proposta dessas — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Indicados ao CNJ defendem um Judiciário mais ágil

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discutiu ontem soluções para remover um grande gargalo no funcionamento da Justiça brasileira — os mais de 100 milhões de processos, dos quais 46 milhões apenas na primeira instância. A questão foi tratada na sabatina do advogado Luiz Cláudio Silva Allemand e do desembargador Gustavo Tadeu Alkmim, indicados para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Compõem hoje o Judiciário 16 mil juízes e mais de 400 mil servidores. Contratar mais não resolve, avalia Allemand, até porque, advertiu, a contratação está “batendo” no limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Algumas saídas apontadas

por Allemand, indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), são o processo judicial eletrônico e mais ênfase em conciliação, mediação e arbitragem.

Em resposta a Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Allemand observou que o avanço dessas inovações requer a quebra de três paradigmas. O primeiro, disse, é reconhecer o fato de os juízes não estarem preparados para conciliação, mediação e arbitragem.

O segundo tabu, afirmou, envolve a formação dos advogados, que saem das faculdades como processualistas, sem preparação para a prática de conciliação, mediação e arbitragem. O terceiro paradigma é representado pela confiança na conciliação, mediação

e arbitragem, mecanismos defendidos pelos senadores. Para Antonio Anastasia (PSDB-MG), a adoção de mecanismos alternativos é a saída para enfrentar o volume “avassalador” de processos.

O desembargador Gustavo Tadeu Alkmim, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e que também vê com simpatia a conciliação, mediação e arbitragem, pediu uma legislação que coloque fim a recursos protelatórios, que fazem com que “os processos se eternizem”.

À Rose de Freitas (PMDB-ES), Allemand informou que o processo judicial eletrônico pretende unificar 46 sistemas existentes no Judiciário.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) indagou a posição dos indicados sobre o fato de juízes federais de primeira instância estarem julgando contestações a sanções disciplinares impostas pelo conselho a membros do Judiciário. O senador teme o esvaziamento das competências do CNJ. Allemand e Alkmim disseram compartilhar do temor expresso por Aloysio e se manifestaram contra qualquer retrocesso na atuação do conselho.



José Pimentel (C) preside sabatina de Gustavo Tadeu Alkmim e Luiz Cláudio Silva Allemand

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Unanimidade no apoio ao Plano Nacional de Educação, que está fazendo um ano, não escondeu críticas ao não cumprimento de todas as metas previstas para o setor

Governo e sociedade juntos em prol do ensino

APÓS UM ANO de vigência do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), o ministro Renato Janine e representantes da sociedade civil discordam sobre os avanços obtidos nesses 12 meses no setor. Por outro lado, são unânimes em afirmar que o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para que o PNE não fracasse e se torne apenas uma mera carta de intenções. Para isso, defenderam a união de governo e sociedade civil. O tema foi debatido em audiência interativa, a pedido da senadora Fátima Bezerra (PT-RN), na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Na opinião do ministro, um dos compromissos mais importantes estabelecidos pelo PNE para 2015 é a elaboração dos planos educacionais por estados e municípios, o que está sendo feito, segundo ele.

Valor do investimento, o tema mais polêmico

O PNE foi sancionado em junho do ano passado após tramitar durante quase quatro anos no Congresso Nacional. O item mais debatido foi o que destina no mínimo 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação — com uma parte proveniente da exploração do pré-sal. De acordo com o texto, a destinação aumenta progressivamente: 7% até o quinto ano de vigência do PNE e 10% até 2023.

Também participaram da audiência na Comissão de Educação o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto de Leão; o coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE), Heleno Araújo Filho; e o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, André Leme.

Além disso, Renato Janine garantiu que o MEC está acompanhando de perto a execução das metas.

— Apenas 100 municípios brasileiros não elaboraram seus planos, o que dá menos de 2% dos mais de 5 mil — explicou.

Em resposta ao senador Lasier Martins (PDT-RS), o ministro afirmou que o corte de R\$ 9 bilhões no orçamento para a área é “algo difícil”, porém os 12 últimos anos bem-sucedidos do setor não serão apagados com um ano de crise.

— Temos que ter tranquilidade, porque isso não coloca em xeque as metas delineadas pela sociedade. Tentaremos fazer o máximo com o dinheiro de que dispomos. Estamos reavaliando programas e vendo o que podemos melhorar na gestão — disse.

Outro representante do governo, o secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do MEC, Binho Marques, disse discordar das avaliações negativas, segundo as quais o plano não saiu do papel após um ano.

— Temos que valorizar as vitórias. Ressaltar só notícias negativas não contribui. Reconheço os problemas, mas não reconhecer os avanços não é bom para ninguém — afirmou.

Valorização

Para o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara,



Manifestantes acompanham audiência: educação é um direito de todos



Fátima Bezerra, ao lado do ministro Janine Ribeiro (2º à dir.), preside audiência na Comissão de Educação e Cultura

o que mais preocupa neste primeiro ano é o descumprimento da Meta 15, relativa à Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação. Daniel Cara afirmou que a Meta 9 é outro problema. O comando determina o incremento da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015.

— Não dá para ter PNE com educação perdendo recursos com o ajuste fiscal. Em que pese o fato de metas não serem cumpridas, acreditamos no Plano e vamos lutar pelo seu cumprimento.

Petróleo

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) elogiou a atuação dos movimentos sociais na elaboração do PNE e classificou o plano como “uma das mais belas apostas no futuro do país”.

— As metas são ousadas e teriam que ser assim para

responder ao desafio pelo qual passa o Brasil. Temos avançado nesses últimos dez anos, com conquistas significativas, mas temos longa avenida pela frente — alertou.

Fátima Bezerra, assim como os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ) e Telmário Mota (PDT-RR), defendeu a manutenção dos recursos da exploração do

pré-sal para educação. Eles temem que o PLS 131/2015, na pauta do Plenário, prejudique o setor. A proposta, do senador José Serra (PSDB-SP), livra a Petrobras da participação obrigatória nos campos do pré-sal. O ministro não se posicionou sobre o projeto, mas disse que o dinheiro vindo do pré-sal é importantíssimo.

O que deve ser cumprido no 1º ano do PNE

Artigo 8º: os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE, no prazo de um ano contado da publicação da lei.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb em 2015: 5,2 (anos iniciais do ensino fundamental), 4,7 (anos finais do ensino fundamental) e 4,3 (ensino médio).

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do artigo 61 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégia 11 da Meta 15: implantar, no prazo de um ano de vigência desta lei, política nacional de formação continuada para os profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados.

Estratégia 1 da Meta 17: constituir, por iniciativa do Ministério da Educação, até o fim do primeiro ano de vigência deste PNE, fórum permanente, com representação da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Estratégia 11 da Meta 20: aprovar, no prazo de um ano, Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais.

As 20 metas para a educação

Meta 1: universalizar, até 2016, educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos e ampliar a oferta de educação infantil em creches para atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o fim do plano.

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 anos para a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do plano.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o fim do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o fim do 3º ano do ensino fundamental.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica para atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb em 2015: 5,2 (anos iniciais do ensino fundamental), 4,7 (anos finais do ensino fundamental) e 4,3 (ensino médio).

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência do plano.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o fim da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta para 40% das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo do total, no mínimo, 35% de doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios, no prazo de um ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurado que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área.

Meta 17: valorizar os profissionais das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o fim do 6º ano do plano.

Meta 18: assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar.

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do país no 5º ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao fim do decênio.

Comissões apresentam emendas à LDO 2016

Todas as sugestões agora serão analisadas pela Comissão Mista de Orçamento. Entre as prioridades apontadas pelos senadores, estão os institutos de educação tecnológica

AS COMISSÕES DO Senado aprovaram ontem uma série de emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016 (PLN 1/2015). Todas as sugestões serão agora analisadas na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Constituição e Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recebeu 68 emendas ao projeto da LDO, sendo 57 de inclusão de metas e 11 de texto.

O relator na comissão, Raulo Rodrigues (PSOL-AP), recomendou o encaminhamento de emendas de metas dentro das seguintes ações: fiscalização e demarcação de terras indígenas, localização e proteção de índios isolados e de recente contato; Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafon); e apoio a estruturação, reaparelhamento, modernização organizacional e tecnológica das instituições de segurança pública.

Ao contrário das emendas de inclusão de meta (limitadas a três por comissão), o senador observou não haver limites para apresentação de emendas de texto à LDO. Assim, decidiu enviar as 11 emendas de texto da CCJ à CMO.

“Dessa forma, conseguimos acolher propostas de emenda de inclusão de metas de grande relevância para o país, atendendo, dentro das possibilidades, a maioria dos senadores desta comissão que se manifestaram. Ademais, buscamos a continuidade das indicações de prioridades pela CCJ em 2014”, explica no parecer.

Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou três emendas ao projeto da LDO para 2016. Relator, Paulo Paim



Estudantes em laboratório de instituto federal de educação tecnológica: área prioritária para a Comissão de Educação

(PT-RS) afirmou que todas as sugestões de emendas apresentadas eram de interesse nacional, mas precisava ater-se apenas a três, decidindo assim privilegiar os jovens, os quilombolas e as mulheres.

Em defesa das emendas, ele disse que o Parlamento precisa apoiar políticas em favor da juventude, no lugar de simplesmente punir os que infringem as leis. Sobre os quilombolas, afirmou que oferecer proteção a essas comunidades representa proteção e um resgate da importância dos negros no Brasil. Ele observou ser necessário um combate firme à violência contra as mulheres e um melhor atendimento àqueles em situação de violência.

Paim acolheu emendas destinadas à coordenação e articulação das políticas públicas de juventude; ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais; e à atenção a mulheres em situação de violência.

Educação

Mais recursos para expandir e reestruturar as instituições federais de educação tecnológica, desenvolver ações integradas de cultura e educação e modernizar a infraestrutura voltada para o esporte e o

lazer. Essas são as três metas que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) quer ver incluídas na LDO.

As metas foram aprovadas ontem a partir de 141 emendas propostas pelos senadores. Como cada comissão pode propor apenas três metas, a relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), disse que adotou os critérios de maior apoio parlamentar e maior pertinência da emenda com os ministérios mais relacionados aos temas da comissão. Ela também acatou todas as 13 emendas de texto recebidas pela CE.

Agricultura

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou o parecer de Waldemir Moka (PMDB-MS), incorporando emendas que priorizam programas que incentivam o conhecimento científico aplicado a agropecuária sustentável e familiar, pesca e aquicultura, inovações, defesa, tecnologia e irrigação.

As emendas destinam recursos para a ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico, pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia para a agropecuária, assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar, aquisição de equipa-

mentos para adequação da infraestrutura produtiva, apoio ao desenvolvimento sustentável de territórios rurais e de infraestrutura pesqueira.

O parecer prevê a implantação de perímetros de irrigação nos municípios goianos de Flores de Goiás e São Miguel do Araguaia; a construção da barragem do Rio Imburuçu (GO); e o apoio a projetos de implantação de sistema simplificados de irrigação e a estudos para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

Assuntos Sociais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) recebeu 152 emendas à LDO, sendo 116 de inclusão de metas e 36 de texto. A saúde foi a área mais contemplada com recursos destinados pelas emendas. Três ações foram priorizadas: serviço de proteção social básico; estruturação de unidades especializadas de atenção à saúde; e estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde.

A relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), explicou ter escolhido como parâmetro para definir as emendas coletivas a frequência com que os temas se repetiram nas sugestões dos parlamentares. Os integrantes da comissão

consideraram o critério justo.

Waldemir Moka (PMDB-MS) lembrou que ele inaugurou na comissão a adoção desse critério. Ana Amélia (PP-RS) afirmou que a iniciativa é democrática, pois concentra as manifestações dos senadores em torno dos temas que são prioritários. Paulo Paim (PT-RS) lembrou ainda que, apesar de grande parte dos senadores se repetirem nas emendas aglutinadas, não há nenhuma intenção de privilégio. Outras 36 emendas que alteram o texto da LDO foram acatadas.

Desenvolvimento

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) definiu entre as prioridades o apoio a projetos de infraestrutura turística. A sugestão foi apresentada por Romero Jucá (PMDB-RR), Simone Tebet (PMDB-MS), Lídice da Mata, Raulo Rodrigues e Lúcia Vânia (sem partido-GO).

Os senadores alertaram para a necessidade de investimentos que permitam desenvolver o turismo nos municípios, principalmente por meio de adequação da infraestrutura.

Outra prioridade definida pela CDR é a implantação de infraestruturas hídricas para oferta de água, objeto de emendas, por sugestão de Raulo Rodrigues, Lídice e Simone.

A comissão aprovou uma emenda que inclui como meta para o próximo ano a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, que estabelece o conjunto de princípios, diretrizes e objetivos que norteiam os investimentos em habitação, saneamento ambiental, mobilidade urbana e transporte. Lídice, Jucá, Simone, Raulo e Lúcia Vânia apoiaram.

O relator, José Medeiros (PPS-MT), aglutinou o texto das sugestões de vários senadores para apresentar as três emendas de inclusão de metas a que a comissão tem direito.

Para Renan, governo vai ter que “cortar na própria carne”

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu ontem cortes profundos na máquina administrativa do governo federal e a repatriação de divisas como alternativa para fazer frente à crise.

— Nós estamos preocupados com esta combinação na economia: inflação alta e desemprego alto. Essa é a pior combinação que podemos ter. Não dá mais para aumentar impostos. O sacrifício dos trabalhadores já chegou ao limite e o Congresso Nacional aceita que haja qualquer coisa nova,

inclusive essa repatriação de capitais, desde que haja regras claras, critérios de transparência, segurança e honestidade — disse.

Para o presidente do Senado, a economia vive um momento dramático: — Não há como relativizar a crise, e a sociedade está no limite. Não tem mais jeito. O governo vai ter que cortar na própria carne, reduzir ministérios, cargos em comissão, cortar despesas. É isso que o Senado novamente sugere. Temos de ter alternativas de buscar dinheiro novo e a primeira delas é

repatriar capitais — disse o presidente do Senado.

A repatriação de divisas está no Projeto de Lei do Senado (PLS) 126/2015, de autoria de Raulo Rodrigues (PSOL-AP), que é um dos integrantes da CPI do Swissleaks em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na avaliação de Renan Calheiros, o dinheiro repatriado será um aporte para criar fundo de compensação aos estados que tiverem perdas com a unificação das alíquotas do Imposto sobre Comercialização de

Mercadorias e Serviços (ICMS).

Outra proposta para fazer frente à crise, feita por Romero Jucá (PMDB-RO), é reduzir a meta fiscal, a economia feita para o pagamento de juros da dívida pública, de 1,159% para 0,4% do produto interno bruto (PIB).

— Essa mudança será inevitável. Mas agora é fundamental que nós criemos soluções para novas receitas que não sejam consequência de aumento de impostos. Porque a sociedade está no limite. É preciso construir saídas — advertiu o presidente do Senado.